

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.647 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2003

## Condução da política econômica é motivo de debate

PÁGINA 4



Márcia Kallume

O senador Edison Lobão é o novo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

### CCJ examina isenção de tributo para cooperativa

As mudanças propostas no sistema cooperativista voltam à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que se reúne quarta-feira para analisar uma pauta de 15 itens.

PÁGINA 3



Jane de Araújo

Ramez Tebet deve presidir a primeira reunião da CAE nesta legislatura, a partir das 10h de amanhã

### Exportação de madeira bruta pode ser restrita

O projeto que proíbe, cinco anos após a sanção da lei, a exportação de madeiras da Amazônia em toras, em pranchas ou não-acabadas está na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos.

PÁGINA 3

## Plenário deve votar amanhã ajuste de dívidas do Procerá

O Plenário depende da votação de um projeto – a conversão da medida provisória que autoriza renegociação de dívidas oriundas do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procerá) – para poder examinar outras propostas que aguardam decisão.

PÁGINA 3



Célio Azevedo

Se os senadores votarem MP amanhã, poderão analisar indicações de embaixadores na quarta-feira

### Sibá defende política de florestas

A criação de uma política nacional de florestas é prioridade para o senador Sibá Machado. Ele quer também abrir um grande debate sobre a questão das águas.

PÁGINA 4

## Duciomar e Luiz Otávio cobram investimentos no Pará

PÁGINA 3



José Cruz

Garibaldi homenageou maestro que foi regente da Orquestra Sinfônica do Rio por 38 anos

## Garibaldi lamenta morte do maestro Mário Tavares

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) encaminhou na sexta-feira voto de pesar pelo falecimento do maestro potiguar Mário Tavares, que era membro da Academia Brasileira de Música. O maestro morreu no dia 5 de fevereiro, no Rio de Janeiro.

— Com esse falecimento estão mais pobres as artes brasileiras — disse Garibaldi.

O parlamentar informou que o maestro, nascido em 18 de abril de 1928, em Natal (RN), desde cedo sentiu o chamado da música: com sete anos começou a aprender viola, aos 12 tocava profissionalmente. Aos 16, tornou-se compositor. Estudou História da Música com Câmara Cascudo e recebeu seu primeiro título de expressão nacional em 1959, quando ganhou o diploma de melhor compositor do ano da Associação Brasileira de Críticos Teatrais de São Paulo.

Em 1960, assumiu como regente titular da Orquestra Sinfônica do Rio de Janeiro, cargo que ocupou por mais de 38 anos. Foi considerado no meio musical o mais autorizado intérprete de Villa-Lobos e condecorado em 1989 com a medalha do Mérito Alberto Maranhão, conferida pelo então governador Geraldo Melo. Em 1990 recebeu a medalha Rio Branco, no grau de comendador, pelo qual o Itamaraty reconhece serviços prestados ao Brasil no exterior.

# Senado tem 1.374 projetos de legislaturas anteriores

A grande maioria das proposições aguarda exame nas comissões. Relação das matérias pode ser vista na página do Senado na Internet

Na presidência dos trabalhos da sessão de sexta-feira, o 2º secretário do Senado, senador Alberto Silva (PMDB-PI), comunicou ao Plenário o encaminhamento das proposições de legislaturas anteriores que ainda tramitam na Casa. De acordo com levantamento realizado pela Secretaria Geral da Mesa do Senado, 665 matérias foram encaminhadas ao arquivo e 1.374 continuarão a ser examinadas, seguindo os critérios definidos por resolução da Casa.

A listagem com as proposições arquivadas foi publicada na edição nº 158 do *Diário do Senado Federal* e também pode ser consultada na página do Senado na Internet.

Quanto às matérias que continuam em tramitação, aquelas que já estiverem com o exame das comissões concluído encontram-se na Secretaria Geral da Mesa aguardando a inclusão na ordem do dia do Plenário.

O que foi arquivado	
Ao final da legislatura, são arquivadas todas as proposições em tramitação, exceto as originárias da Câmara, ou por ela revisadas, e as com parecer favorável em comissões. Veja a relação das que tiveram o andamento susinado.	
Propostas de emenda à Constituição	46
Projetos de lei do Senado	406
Projetos de lei da Câmara dos Deputados	42
Projetos de resolução do Senado	43
Projetos de resolução do Congresso	7
Proposições declaradas prejudicadas	103
Outros	18
<b>TOTAL</b>	<b>665</b>

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado

dando a inclusão na ordem do dia do Plenário.

A distribuição das 1.374 matérias que continuarão a tramitar é a seguinte: 28 na Comissão Diretora; 728 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); 111 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS); 168 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE); 55 na Comissão de Educação (CE); 236 na

Comissão de Fiscalização e Controle (CFC); 25 na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE); e 23 na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Das matérias que se encontram na CCJ, algumas tramitam há duas legislaturas, mas, como já receberam votos dos relatores, irão aguardar apenas a inclusão na pauta da comissão.

## João Ribeiro defende redivisão territorial

O senador João Ribeiro (PFL-TO) defendeu na sexta-feira a redivisão territorial do Brasil, como forma de desenvolver as regiões mais pobres do país, e deu como exemplo a criação do estado do Tocantins, que cita como modelo administrativo e de desenvolvimento.

O senador fez um discurso de homenagem à sua mãe, que definiu como “a maior mulher” que conheceu, ao ex-governador Siqueira Campos, “o maior estadista vivo do Brasil”, e à mulher, Cíntia, que acompanhou o pronunciamento da tribuna de imprensa.

João Ribeiro fez um histórico de sua vida pública, que começou como vereador, pelo antigo PDS, em Araguaína, à época estado de Goiás, quando ainda não havia

lado criado o Tocantins. Com quatro anos cumpridos de um mandato de seis, Ribeiro elegeu-se deputado estadual e, durante esse período, filiou-se ao PFL, à época da formação da chamada “Aliança Democrática”, que garantiu a eleição do presidente Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em 1984. Em seguida, foi prefeito de Araguaína e duas vezes deputado federal, até chegar ao Senado, na eleição do ano passado.

— Participei da luta deste grande estadista que é Siqueira Campos pela construção do estado do Tocantins, modelo de administra-



José Cruz

Tocantins é exemplo de que novos estados geram desenvolvimento, diz Ribeiro

ção para todo o país, um estado que precisa e merece ser visitado pelos brasileiros — disse o senador.

Ribeiro destacou algumas obras públicas do estado, como o lago Luís Eduardo Magalhães, em Palmas, e a grande ponte de 8,5km que liga a capital do estado a Paraíso. Lembrou que o Tocantins foi criado com 60 municípios e hoje possui 139. O senador definiu-se como “moço de origem humilde”, primogênito de sete irmãos, filhos de uma viúva pobre, que criou e educou a todos praticamente sozinho.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2003

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLV nº 33/02 que autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471/98, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Mensagens nºs 286 e 288, de 2002, que submetem à deliberação do Senado os nomes de João Gualberto Marques Porto Júnior e de Renato Luiz Rodrigues Marques para, respectivamente, exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Cingapura e à República da Ucrânia; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 1/03, que encaminha ao Senado a programação monetária para o 1º trimestre de 2003; PLS nº 44/99, que proíbe a exportação da madeira em tora, prancha, ou não acabada; PLC nº 76/00, que acrescenta parágrafo ao artigo 5º da Lei nº 6.194/74, para obrigar a divulgação do seguro obrigatório DPVAT aos segurados; e emendas de Plenário ao substitutivo ao PLS nº 543/99, que dispõe sobre o seguro-garantia. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

Quarta-feira

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 171/99, que dispõe sobre as sociedades cooperativas; PLS nº 151/02, que altera os artigos 302 e 303 da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), a fim de adequar penas aplicáveis a crimes de trânsito às previstas no Código Penal para crimes da mesma natureza daqueles; PDL nº 135/99, que suscita o decreto do Poder Executivo Federal, que autoriza a cisão de Furnas — Centrais Elétricas, altera o objeto social da Engenharia e Serviços (Nuclen), autoriza a transferência da autorização para construção e operação do Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, entre outras matérias. Local: Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Shessarenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretora da Mesa do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Luiz Otávio quer instalação de pólo siderúrgico no Pará

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) afirmou em Plenário, na sexta-feira, que em nenhuma hipótese apoiará a implantação, pela Companhia Vale do Rio Doce, de um pólo siderúrgico fora do Pará. O parlamentar referia-se às informações de que o empreendimento será instalado no Maranhão. Segundo o senador, a escolha do Pará como um dos pólos industriais da companhia é uma questão de justiça e uma demonstração de que existe uma efetiva parceria entre a empresa e o estado.

– Unidades de beneficiamento industrial representam investimentos significativos, que podem impulsionar o progresso de um estado da Federação, e o Pará não gostaria de ser preterido nos planos da Vale do Rio Doce, que extrai em nosso estado os minérios que irão alimentar tais unidades – afirmou.

Luiz Otávio lembrou que no Pará estão situadas as maiores jazidas minerais exploradas pela compa-



Luiz Otávio: empresa extrai no estado milhões de toneladas de minérios

nhia, das quais são extraídos milhões de toneladas anuais de minérios, como ferro, cobre e ouro, destinados tanto para o mercado interno como para o internacional. Segundo informou, o governador do Pará, Simão Jatene, e o presidente da Vale, Roger Agnelli, deverão reunir-se nos próximos dias para discutir o assunto.

Em apartes, os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Duciomar Costa (PTB-PA) e Sibá Machado (PT-AC) apoiaram Luiz Otávio. Alberto Silva (PMDB-PI) falou sobre a exportação da soja produzida no Piauí, e Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que a escolha do Maranhão resultaria de estudo técnico. Lobão garantiu que a força política do seu estado não será usada contra os interesses do Pará, em resposta a temor manifestado por Luiz Otávio, que incluiu o nome do presidente do Senado, José Sarney, entre os que estariam estimulando a implantação do pólo no Maranhão.

## Duciomar: Vale deixa para a população só o apito do trem

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) reivindicou na sexta-feira, em Plenário, um tratamento mais justo para o Pará, onde, segundo afirmou, as renúncias fiscais resultam em transferência de renda dos pobres para os mais ricos. Ele afirmou que a Companhia Vale do Rio Doce, responsável pela exploração mineral em Carajás, extrai riquezas, ganha enormes somas em exportação, quase não paga impostos e deixa, para a população local, “apenas o apito do trem”.

De acordo com Duciomar, a lei que isenta de imposto os produtos minerais para exportação dá um prejuízo de R\$ 400 milhões por ano ao cofres do estado, dinheiro que deveria ser usado em programas sociais para a população.



Duciomar Costa afirma que renúncia fiscal prejudica estados mais pobres

reverter os mecanismos concentradores de renda e agravadores das desigualdades regionais.

Em apartes, o senador João Capiberibe (PSB-AP) criticou os privilégios fiscais, enquanto Luiz Otávio (PMDB-PA) afirmou que o superávit comercial obtido pelo estado do Pará não beneficia sua população. Já o vice-líder do PSDB, senador Romero Jucá (RR), observou que as primeiras medidas tomadas pelo governo federal estão decepcionando a população.

# Renegociação de dívidas com Procera vai a Plenário

Senadores precisam decidir sobre a MP para que possam examinar outras matérias em pauta, entre elas autorizações a emissoras de rádio

O Plenário deve votar amanhã o projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 77/02, que autoriza a renegociação de dívidas oriundas de operações de financiamento rural contratadas junto ao Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera).

A mesma MP permite a concessão de crédito, com dinheiro dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição de títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operações na forma da Resolução nº 2.471/68, do



Na quarta-feira, Senado deve examinar indicação de embaixadores para Cingapura e Ucrânia

Conselho Monetário Nacional. Essa resolução trata de dívidas contraídas com recursos de outras fontes.

Se votar o projeto de lei de conversão da MP, o Senado poderá deliberar, em seguida, sobre projetos

de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de quatro emissoras de rádio.

Para quarta-feira está prevista a votação de mensagens do presidente da República submetendo à aprovação prévia do Senado as escolhas dos diplomatas João Gualberto Marques Porto Júnior para o cargo de embaixador em Cingapura; e de Renato Luiz Rodrigues Marques, para representar o Brasil na Ucrânia.

A pauta de votações de quinta-feira contém quatro projetos de decreto legislativo referentes à exploração de serviços de radiodifusão.

## Exportação de madeira pode ser proibida

Em sua primeira reunião desta legislatura, já sob a presidência do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar amanhã, a partir das 10h, projeto que proíbe, cinco anos após a sanção da nova lei, a exportação de madeiras da Amazônia em toras, em pranchas ou não acabadas.

No primeiro ano após a aprovação do projeto, as madeiras ainda poderiam exportar a mesma quantidade do ano anterior, caindo para 70% no segundo ano, para 40% no terceiro e para 10% no quarto ano. A proposta é do

senador Romero Jucá (PSDB-RR) e conta com parecer favorável do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Jucá sustenta que o desmatamento na Amazônia atingiu “patamares insuportáveis e inadmissíveis”, prejudicando o meio ambiente, dilapidando nossas riquezas vegetais e despertando críticas no mundo inteiro.

Consta ainda da pauta da CAE projeto que determina aos policiais encarregados de fazer os boletins de ocorrência de acidentes de trânsito a inclusão de informações necessárias ao recebimento do Seguro Obrigatório de Danos Pesso-

ais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). Trata-se de proposta apresentada na Câmara pelo deputado Professor Luizinho (PT-SP), o qual pondera que as famílias de pessoas humildes envolvidas em acidentes nunca ficam sabendo que têm direito a receber o dinheiro do seguro obrigatório. O projeto conta com parecer favorável do relator, senador Romero Jucá.

Na mesma reunião, a CAE analisa a Programação Monetária para o primeiro trimestre deste ano, enviada ao Congresso no dia 30 de dezembro pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

## CCJ analisa mudanças no sistema cooperativista

As mudanças propostas no sistema cooperativista nacional voltam à pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta quarta-feira, na primeira reunião deliberativa da atual legislatura. Projeto de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR) estabelece o princípio da unicidade de representação, reconhecendo apenas uma organização nacional de cooperativas e uma representação do cooperativismo em cada estado.

Os crimes tipificados pelo Código de Trânsito Brasileiro po-

derão ter penas iguais às dos crimes semelhantes previstos no Código Penal. Projeto do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) com este objetivo tem parecer favorável e pode ser votado terminativamente pela CCJ. Mestrinho aponta contradições entre os dois códigos, e destaca que, no caso do crime de lesão corporal leve, quem o comete no trânsito tem pena maior em um terço do que a pena que teria se o cometesse em outras condições.

A extinção da prisão especial, proposta pelo ex-senador Roberto Freire, também está na pauta da



Projeto de Osmar Dias estabelece o princípio da unicidade de representação

comissão. Com parecer favorável de Amir Lando (PMDB-RO), o projeto de Freire pretende acabar com o instituto penal que garante privilégios para os detentos que possuem curso superior, colocando-os em dependências separadas e mais confortáveis.

# Heloísa quer debate profundo sobre Previdência

Senadora ressalta que é favorável à reforma do setor, mas pretende discutir detalhadamente as propostas. Ela considera injusto o pressuposto de que os “vilões” do sistema sejam os servidores públicos

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou sexta-feira sua posição favorável à realização da reforma da Previdência, mas comunicou que irá defender um debate aprofundado sobre o tema nas comissões e no Plenário do Senado, antes das votações. Para ela, é preciso que a sociedade seja esclarecida e não receba as informações de maneira deturpada, em especial quanto ao papel do servidor público.

— Vamos fazer um grande debate sobre a reforma da Previdência, principalmente na Comissão de Assuntos Sociais, mas não podemos deseducar a população com dados que, da forma como estão sendo transmitidos hoje, deixam a sociedade pensando que todo servidor público é preguiçoso — disse ela.

De acordo com Heloísa Helena, a população precisa saber que a grande maioria dos servidores públicos



Para Heloísa Helena, é preciso que a sociedade seja esclarecida e não receba informações deturpadas

do país é formada por trabalhadores dedicados e que se encontram há vários anos com os salários defasados. Ela considera injusto que o debate sobre a reforma parta do pressuposto de que os “vilões” do sistema sejam os servidores.

— Não tenho nenhum problema em defender os servidores, pois sei que, além de trabalhadores, eles represen-

tam o único recurso que a gigantesca população pobre do país tem quando necessita utilizar os serviços públicos de saúde, educação e segurança pública — lembrou, contando experiência recente por que passou, quando seu filho foi atropelado e atendido por um hospital público de Brasília e, segundo ela, “salvo pelos servidores públicos, mesmo faltando os medicamentos necessários para o atendimento”.

A senadora apontou pontos sobre os quais considera que deva ser iniciado o debate da reforma: o combate à sonegação e às fraudes orçamentárias e contábeis no sistema previdenciário e também aos super-salários e aposentadorias.

— Só espero que a proposta do governo não venha em regime de urgência constitucional, para que possamos discutir com profundidade esses e outros temas — frisou.

## Política nacional de florestas é objetivo de Sibá Machado

A criação de uma política nacional de florestas foi apontada na sexta-feira pelo senador Sibá Machado (PT-AC) como um dos principais objetivos de sua atuação na Casa durante o período em que estiver substituindo a senadora Marina Silva (PT-AC), licenciada para ser ministra do Meio Ambiente.

— A Amazônia representa quase 50% do território nacional. Já vimos políticas para a soja, para o café, para tantas coisas. Está na hora de se criar uma política das florestas nacionais, voltada para o desenvolvimento qualificado e que devolva parte dos recursos à população diretamente interessada — sustentou.

O senador quer também abrir um grande debate sobre a questão das águas, uma vez que a Amazônia representa 12% de toda a disponibi-



Sibá Machado também manifesta preocupação com o uso da água

dade de água doce do planeta. Outros temas que estão na agenda de discussão do senador são pesca, fome, desenvolvimento sustentável, saúde pública, demarcação das terras indígenas, reforma agrária e desenvolvimento econômico.

Sibá Machado destacou que a vitória conquistada pelo PT nas últimas eleições representa grande responsabilidade e que, no Acre, a vitória do partido é resultado de intensa luta pela melhoria da qualidade de vida do povo.

Em aparte, o senador Duciomar Costa (PTB-PA) parabenizou a atuação de Sibá. O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) destacou em aparte que a história de vida de Sibá é de luta e de compromisso com o povo brasileiro e com os trabalhadores.

## Jucá diz que governo Lula faz o que o PT criticava no passado

O recente aumento da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom) levou o senador Romero Jucá (PSDB-RR) a condenar as iniciativas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na área econômica. Para ele, Lula vem dando continuidade à política econômica que o PT criticava durante a administração do presidente Fernando Henrique Cardoso.

— Dessa forma, o partido perde capital político, quebra as esperanças da população de que o modelo econômico seria diferente. Não quero entrar na discussão de que seria melhor ou pior. Mas, se o modelo anterior foi condenado nas urnas, que seja implementado um novo, para que os eleitores o avaliem — observou.

Jucá criticou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por elogiar a decisão do Copom, como se o aumento dos juros não fizesse parte de uma política de governo.

— Parece que a decisão não é dele, da equipe econômica. Ele diz que a decisão foi do Copom. Quem é o Copom? Será que o PT mudou de opinião? No passado, o partido dizia que o aumento dos juros era uma decisão do governante, não era uma decisão técnica — afirmou.

Segundo Jucá, os dois aumentos da taxa de juros no governo Lula implicam um aumento de mais de R\$ 6 bilhões em pagamentos dos serviços da dívida pública.

— O governo jogou pelo ralo mais de R\$ 6 bilhões dos R\$ 14 bilhões que contingenciou — concluiu o senador.



Romero Jucá indaga se o PT mudou de opinião

## Mesquita afirma que oportunistas tentam gerar crise artificial

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) defendeu o governo Lula das críticas de que seria uma continuidade do governo anterior, devido à gestão ortodoxa da economia, com base em aumentos da taxa de juros e dos superávits fiscais.

— Estamos vendo a ação de oportunistas que querem semear uma crise artificial. O governo tem 50 dias e recebeu uma herança perversa, cruel, legada pelos predadores do país — afirmou.

O discurso de Mesquita gerou um debate com o ex-líder do governo Fernando Henrique, senador Romero Jucá, que acusou o PT de ter sido irresponsável quando estava na oposição.

Também em aparte, o senador Sibá Machado (PT-AC) lembrou a Jucá que o PT não pode ser responsabilizado pela crise legada pelo governo anterior, porque tinha apenas cerca de 10% dos votos na composição anterior do Congresso Nacional.

Mesquita Júnior retomou a palavra e ressaltou que considera uma “injustiça” classificar o PSDB como um partido “indeciso, em cima do muro”, pois “os tucanos desceram do muro há muito tempo. Estão há pelo menos oito anos ao lado do capital selvagem, dos predadores do país”.

Outro aparteante, o senador João Capiberibe (PSB-AP), disse que acredita no sucesso do governo Lula.



Segundo Mesquita, governo Lula recebeu “herança perversa”

## Eduardo: criança é a maior vítima das desigualdades

A criança é a maior vítima das desigualdades regionais e do modelo concentrador de riquezas existentes no Brasil, afirmou na sexta-feira o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). Para ele, que declarou ter grande esperança no novo governo, superar a situação de abandono a que está relegada a infância no país é um desafio de todos.

Eduardo destacou que, enquanto a criança abandonada nas ruas, em qualquer estado, permanece sem ser abordada e sem ter sua origem investigada, um carro roubado em um estado e deixado numa rua de outro é localizado rapidamente com o uso do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam).

O senador citou ainda a eficiência do serviço de recolhimento de cães nas ruas e os serviços de proteção aos animais em extinção. “Mas quem está em extinção neste país é a infância, que, prejudicada num primeiro momento, torna-se um quadro

irrecuperável”, observou.

Eduardo disse que, na questão da reforma previdenciária, não se negará a votar mudanças, ainda que impopulares.

— Temos, de um lado, o direito adquirido, e de outro, a herança adquirida, que é a criança na rua. Se não é justo ferir direitos adquiridos, muito mais injusto é manter o modelo que provoca o abandono da infância de maneira tão cruel — ressaltou, defendendo que o Congresso seja parceiro do novo governo.

O discurso de Eduardo Siqueira Campos recebeu apertes dos senadores João Ribeiro (PFL-TO), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Romero Jucá (PSDB-RR).



Eduardo considera situação da infância o grande desafio

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Alberto Silva, Luiz Otávio e Duciomar Costa